

Episódio 6 – Linhas que Queimam

[instrumental de música popular portuguesa]

Sofia da Palma Rodrigues: Todos os 5 de Agosto, depois da missa e da procissão, a festa costuma tomar conta das ruas de Alferce – a aldeia serrana que em 2018 ficou completamente cercada pelo grande incêndio da Serra de Monchique. Em homenagem a São Romão, o santo padroeiro da aldeia, montam-se quermesses, barraquinhas de comes e bebes, e o bailarico, que costuma começar ainda antes do sol se pôr, segue pela noite adentro.

[fim do instrumental]

Sofia da Palma Rodrigues: Em 2018 foi tudo diferente.

[som ambiente]

DD: Sempre houve fogos, mas nada que... igual a isto. Isto foi a coisa pior que houve. Nunca me lembro de uma coisa dessas. Já você viu, a gente estarmos todos cercados de fogo à volta?

Sofia da Palma Rodrigues: E dizia-me que foi no dia das festas da aldeia.

DD: Foi no dia das festas da aldeia.

Sofia da Palma Rodrigues: Nesse ano não houve nada?

DD: Não, não. Houve a missa, só. No fim da missa, quando saímos da igreja, estávamos cercados.

[som do sino de igreja]

DD: Além, onde está aquela casa?

Manuel Bivar: Sim, lá em cima?

DD: Branca?

Manuel Bivar: Aquela, sim...

País de Incendiários

Um podcast de investigação
da revista Divergente

DD: Aquela casa, as alas subiam por cima daquilo. Nós estávamos aqui e a ver aquilo tudo arder. As chamas eram horríveis.

Manuel Bivar: Chegaram ali?

DD: Chegaram.

Manuel Bivar: Ish.. Estava tudo rodeado a toda a volta, não?

DD: Só que aqui estávamos bem. Bem... Cheios de fumo, mas aqui tínhamos este espaço, que se tivéssemos ido para São Marcos então, como a GNR queria, não tinha sobrado um na aldeia. [som do sino de igreja] Mas pronto... Com a ajuda de Deus, passou-se e temos um presidente de Junta que nos ajudou, pronto, foi um herói nessa altura, mas...

[banda sonora]

DD: É assim... Se foi pelos cabos eles haviam de ter responsabilidade. Porque a aldeia sofreu muito. Toda a gente sofreu muito, até hoje. Muito, muito mesmo.

Sofia da Palma Rodrigues: Este episódio de “**País de Incendiários**” não é sobre incendiários. É sobre uma linha eléctrica. E sobre como a justiça pode ter dois pesos e duas medidas.

[jingle]

Sofia da Palma Rodrigues: Eu sou a Sofia da Palma Rodrigues.

Manuel Bivar: Eu sou o Manuel Bivar.

Sofia da Palma Rodrigues: E este é “**País de Incendiários**”, um podcast de investigação da revista DIVERGENTE.

[continuação do jingle]

Sofia da Palma Rodrigues: Sexto e último episódio: “**Linhas que Queimam**”.

[fim do jingle]

Sofia da Palma Rodrigues: Em Dezembro de 2023 fomos a Coimbra, ao Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais, entrevistar Domingos Xavier Viegas. Estávamos

mesmo no início da investigação e não esperávamos ouvir o que um dos maiores especialistas em incêndios do país tinha para nos dizer.

Domingos Xavier Viegas: O caso de Monchique, em 2018, salvo erro, uma vez mais foi também uma linha eléctrica da EDP. E uma coisa que para mim, na altura, era preocupante, era que a EDP tinha sempre uma postura de negar que tivesse alguma coisa que ver com o assunto. A ponto de investir muito, até mesmo nestes processos em tribunal, em que eles arranjavam os testemunhos e pareceres, daqui e de acolá; diziam que não era com eles e que não tinham nada que ver com a causa, a origem daqueles incêndios. Eles foram ao ponto de arranjar imagens de satélite em que mostram uma coisa ali naquela zona que parecem umas sombras e eles dizem que aquilo são pessoas que estão a passar ali que poderão ter sido quem pôs o fogo... Enfim, nós agora temos a capacidade de fazer a história toda, porque já estudamos também outros incêndios onde isso mesmo aconteceu.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Durante a conversa, Domingos Xavier Viegas acusou a EDP Distribuição de forjar provas e de ser a responsável por três dos maiores incêndios da Península Ibérica na última década. Pedrógão Grande, em Junho de 2017; Lousã, em Outubro de 2017; e Monchique, em Agosto de 2018 foram, segundo o professor catedrático da Universidade de Coimbra, causados pelo toque de ramos de árvores em cabos de distribuição de energia eléctrica.

[fim da banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: E não é que haja alguma coisa de propriamente novo nesta história. A informação é conhecida e até já foi amplamente divulgada em diferentes órgãos de comunicação social. Ainda assim, acreditamos que sejam muitas as pessoas que desconhecem os meandros que a envolvem. E, por isso, decidimos aprofundá-la.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: E tentar perceber o porquê de, até hoje, a EDP nunca ter assumido a responsabilidade de nenhum destes incêndios. Para isso, em

Fevereiro de 2024, andámos pela Serra de Monchique a fazer perguntas sobre o maior incêndio da Europa de 2018. Não sabemos se se recorda das imagens, mas nessa altura todo o Algarve ficou submerso numa nuvem de fumo. Era como se por ali tivesse passado uma tempestade do Sahara: o horizonte virou cinzento, não se via um palmo à frente dos olhos. Houve até um astronauta alemão, Alexander Gerst, que ao avistar a nuvem de fumo do espaço, descreveu o cenário como um “padrão dramático de pó, areia e fumo”.

Repórter Euronews: As temperaturas em Portugal que atingem níveis recorde não ajudam no combate às chamas. Um incêndio na Serra de Monchique, no Algarve, continua a lavar pelo terceiro dia consecutivo. O fogo avança em duas frentes e com grande intensidade, já consumiu mais de mil hectares de floresta, casas e veículos, como na localidade de Perna da Negra. Treze distritos continuam em alerta vermelho. As pessoas são obrigadas a deixar as casas e os animais, enquanto as autoridades tentam garantir as evacuações.

Mulher não identificada: Epá, agora, agora não deu para vir para aqui, pelo menos para cuidarem das casas e dos animais!

José Gonçalves: As pessoas não morreram logo, mas o certo é que as pessoas foram morrendo depois. AVCs, problemas de... Pelo menos lá na minha freguesia, quatro pessoas faleceram sem ver as casas recuperadas.

[som de chama a crepitar]

Sofia da Palma Rodrigues: Naquele dia de terror, José Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia e Comandante dos Bombeiros de Alferce, esteve na frente de combate ao fogo. Entrevistámo-lo cinco anos depois disso, no café do Pingo Doce de Portimão. Mas pela forma como falava, parecia que tinha sido ontem.

José Gonçalves: A minha família foi das piores.

Manuel Bivar: Tinham o quê? Medronho? Não?

José Gonçalves: Tudo.

Manuel Bivar: Animais também?

José Gonçalves: Medronho, cortiça, animais... propriedades, pinheiros, castanheiros...

Manuel Bivar: Castanheiros também?

José Gonçalves: Sobreiros, muito, muito. Cortiça, muita cortiça.

Manuel Bivar: E rebentaram ou não, mais ou menos?

José Gonçalves: Ah, rebentaram para sempre!

Sofia da Palma Rodrigues: [Era] o ganha-pão das pessoas aqui, não é? É a Segurança Social, costuma-se dizer.

José Gonçalves: Era... Ficaram todos falidos. As pessoas perderam tudo. Ou seja, existiu um incêndio em 2003 que destruiu tudo, e em 2018, outra vez. Estamos a falar de empresas que são multimilionárias, não é? São muito ricas. E que prejudicam as pessoas que são muito pobres. É um contraste. Olhe, você – imagine só –, você estar na sua casa, depois de lhe arder tudo, não escapar nada, e depois de haver pessoas, como inclusive o nosso primeiro-ministro, que chegou lá ao Alferce e disse “Isto foi um êxito, não morreu ninguém”.

[banda sonora]

Jornalista da SIC Notícias: Considera uma vitória não ter morrido ninguém?

Homem não identificado: Não morreu ninguém, não morreu ninguém...

António Costa: Não. A prioridade das prioridades obviamente...

Homem não identificado: Não morreu ninguém...

António Costa: É a salvaguarda de um bem inestimável e irreparável que é a vida humana. E o termos garantido que ninguém tenha morrido é absolutamente extraordinário e é obviamente um resultado...

Repórteres: À custa do seu próprio património... Usar a palavra “vitória” e “sucesso”?

António Costa: Eu não quero estar aqui a utilizar adjectivos. Acho que na altura própria...

Homem não identificado: Não morreu ninguém...

António Costa: ... os balanços, os balanços, os balanços se farão [...]

Sofia da Palma Rodrigues: Ainda no rescaldo do incêndio, o então primeiro-ministro António Costa foi a Monchique falar do “extraordinário que foi” não ter morrido ninguém naquele fogo. Foi vaiado pelas pessoas que, com ironia, repetiam alto e bom som: “Não morreu ninguém”.

[fim da banda sonora]

José Gonçalves: O que as pessoas só precisavam nos primeiros dias era que se comprasse tubagem. Para conseguir fazer isso, é uma burocracia, uma coisa do outro mundo. Ou seja, os compromissos que eles assumiram sem querer, foram sete, oito, dez vezes superiores ao benefício que receberam. Criou-se tanta burocracia para receber 500 ou mil euros, como é para fazer um projeto de dois ou três milhões.

Sofia da Palma Rodrigues: José Gonçalves explicou-nos que a população de Monchique não recebeu a devida resposta do Estado. Os apoios destinados a colmatar as necessidades mais urgentes, imediatamente a seguir ao fogo, nunca chegaram.

José Gonçalves: Neste momento ainda estamos com pessoas que ainda não têm a casa arranjada.

Manuel Bivar: Cinco anos?

José Gonçalves: Cinco anos. Estou-me a recordar, pelo menos, de uma senhora que vivia na Umbria e ela dizia-me assim: “Eu tenho a certeza de que vou morrer e não vejo a minha casinha recuperada”. E assim aconteceu.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: O fogo não passou apenas por Alferce. Durante sete dias, percorreu quase 30 quilómetros – desde Portela da Viúva, em Monchique, até Falachos, já às portas de Silves. Queimou 27 mil hectares, mais de metade do total de área ardida em Portugal em 2018.

Poucos meses depois, a Assembleia da República encomendou um relatório a uma Comissão Técnica Independente, com alguns dos maiores especialistas em incêndios do país. O documento concluiu que “a possível origem” do fogo se situava “sob uma linha eléctrica de média tensão gerida pela EDP”. E ia ao encontro das críticas de José Gonçalves, dizendo que houve uma “excessiva demora” entre a ocorrência do incêndio e a aplicação no terreno de medidas de emergência.

Quando passámos em Monchique, no Inverno de 2024, a paisagem já estava verde, mas ainda se viam restos de troncos queimados por toda a serra. Quisemos saber a opinião da Câmara Municipal de Monchique sobre o plano de reabilitação que foi implementado.

Sónia Martinho: A seguir ao incêndio, tivemos uma candidatura de estabilização de emergência.

Sofia da Palma Rodrigues: E para isso, falámos com a engenheira Sónia Martinho.

Sónia Martinho: Para evitar depois os assoreamentos, etc., tivemos uma candidatura bastante grande do PDR 2020.

Manuel Bivar: Quando é que ficou em execução?

Sónia Martinho: Ficou em execução... em 2019, 2020. Mas depois as pessoas também tinham que fazer umas candidaturas, o que era muito complicado para as pessoas porque era tudo muito burocrático. A Câmara pagou um gabinete para estar cá e para ajudar as pessoas a fazerem essas candidaturas, porque era tudo muito burocrático, e a maioria dos nossos municípios têm baixa escolaridade e são pessoas já com alguma idade. Alguns deles eram reformados, etc., depois tinham que fazer IRS. Alguns deles acabaram por deixar cair essas candidaturas.

Manuel Bivar: Como é que mesmo depois de uma catástrofe tão grande, a Câmara tem que fazer uma candidatura ao PDR 2020 para mobilizar dinheiro para estabilização? Não há uma facilitação burocrática?

Sónia Martinho: É, mas isso... Isso é daquelas coisas que está reportada em vários sítios, que já toda a gente fala sobre isso, mas que se mantém.

Sofia da Palma Rodrigues: Eram demasiadas as exigências a nível de...

Sónia Martinho: As exigências são as exigências [suspiro]...

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: A conversa com Sónia Martinho não foi só sobre papelada. Foi sobretudo sobre linhas eléctricas de que falámos com a engenheira da Câmara.

Sónia Martinho: É assim, nós, uma das causas que nós tínhamos de incêndio tinha a ver exactamente com as linhas da distribuição de energia, ou seja, as de baixa tensão. O que é que aconteceu? Quando foi o incêndio de 2003 e 2004, a EDP, muitas vezes, não substituiu as linhas, fez reparações. E o que é que acontece? Com o tempo, com as linhas a abanar, a vegetação a roçar nas linhas, etc., nós tínhamos muitas ignições que resultavam exactamente disso. Ou seja, resultavam desses cabos, ou que partiam, ou que faiscavam.

Sofia da Palma Rodrigues: Sónia Martinho contava-nos que o problema das linhas eléctricas era antigo, mas nós queríamos perceber concretamente o que se tinha passado com a linha eléctrica de média tensão, em 2018.

Sónia Martinho: Nesse ano, já tínhamos tido três ou quatro antes, só que conseguimos actuar a tempo. Ali, aquele local, um local muito remoto, e só para os meios terrestres chegarem lá demoraram meia hora, 35 minutos. O local é muito baixo, e também quando foi visto pelas torres de vigia e as colunas de fumo ele já estava muito grande. E ali, efectivamente, não se conseguiu essa acção, mas sim no relatório vem lá. Nesse ano já tínhamos tido quatro. Apesar de haver muitos indícios ou fortes indícios de que seria isso, depois não se conseguiu provar que foi exactamente essa a causa e, portanto, ficou arquivado. Ou... Mas, pronto, efectivamente, é verdade. Em 2017, também, os grandes incêndios também foram em PTs [Postos de Transformação] e...

Manuel Bivar: Pedrógão.

Sofia da Palma Rodrigues: Pedrógão a mesma coisa...

Manuel Bivar: Lousã..

Sofia da Palma Rodrigues: E também nunca se consegue...

Manuel Bivar: Caldeirão.

Sónia Martinho: Aqui o que eu vejo, pelo menos aqui em Monchique, o que as pessoas queriam também era que, de algum modo, fossem ressarcidas dos prejuízos.

Sofia da Palma Rodrigues: Pois...

Sónia Martinho: E isso, efectivamente, não aconteceu.

Sofia da Palma Rodrigues: Apesar de a EDP já ter estado envolvida em alguns casos em tribunal, devido a incêndios provocados por linhas eléctricas, nunca foi, como refere Sónia Martinho, condenada a pagar indemnizações avultadas.

Sónia Martinho: Nunca aconteceu, acho que no nosso país nunca houve uma indemnização por danos. Mas depois também é a tal coisa: se os processos são todos arquivados...

Sofia da Palma Rodrigues: Uma realidade diferente do que aconteceu na vizinha Espanha, onde, em 2023 – 10 anos e três instâncias judiciais depois do incêndio que arrasou com 3200 hectares na Serra de Gádor –, a Endesa, congénere da EDP,

foi condenada a indemnizar a Junta de Andaluzia com oito milhões e quatrocentos mil euros.

[som ambiente]

Manuel Bivar: Isto ainda está em prazo de...

Funcionária do Tribunal: Não tem prazo nenhum.

Manuel Bivar: Isto acabou, isto está...

Funcionária do Tribunal: Está findo, enterrado. Todos os prazos possíveis e imaginados...

Manuel Bivar: Foram todos...

Funcionária do Tribunal: Já foram completamente esgotados.

Manuel Bivar: Mas não houve recursos?

Funcionária do Tribunal: Não.

Manuel Bivar: Ficou assim, ninguém recorreu. E já... Ok.

Sofia da Palma Rodrigues: Tínhamos estado vários dias no tribunal de Faro a consultar o processo do grande incêndio de Monchique em 2018. Eram dezenas de dossiers, milhares de páginas.

Manuel Bivar: Esta reunião... [som ambiente] Começou às 11 horas, terminou às 13 horas e 10 minutos. Ó, Sofia...

Sofia da Palma Rodrigues: Eu tenho essa reunião aqui.

Manuel Bivar: Mas isto é estranhíssimo. A reunião é exactamente antes do incêndio. Isto não pode ser. É que eu posso estar... se calhar estou eu que estou doido. Tens que ver isto.

Sofia da Palma Rodrigues: E de repente, no meio de tanto papel, deparámo-nos com uma coincidência na qual era difícil acreditar.

Manuel Bivar: Está aqui uma acta. Isto é o Comandante dos Bombeiros de Monchique, diz que houve uma reunião entre o Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro e a EDP. Exactamente na hora do incêndio estava a haver uma reunião com a EDP.

Sofia da Palma Rodrigues: Sim, mas isso acontece porque já tinha havido vários indícios anteriores...

Manuel Bivar: Sim, mas isto é uma loucura.

Sofia da Palma Rodrigues: A dizer que havia problemas com...

Manuel Bivar: Ou seja, quando começa o incêndio está... Isto é incrível.

Sofia da Palma Rodrigues: Sim, sim...

Manuel Bivar: Portanto, o incêndio já tinha começado antes das 13h30. Pelo mesmo motivo...

Sofia da Palma Rodrigues: Já tinha havido várias indicações...

Manuel Bivar: À hora em que começa...

Sofia da Palma Rodrigues: De que faltava limpar terrenos...

Manuel Bivar: À hora em que começa o incêndio, eles estão reunidos com a EDP.

Sofia da Palma Rodrigues: Sim, porque já tinha sido identificado...

Manuel Bivar: Tu tens a EDP reunida, a reunião acaba às 13h10. Às 13h30 é reportado um incêndio.

Sofia da Palma Rodrigues: Sim, sim, sim...

Manuel Bivar: E o assunto da reunião é exactamente... Portanto, não há reuniões destas todos os dias, não é?

Sofia da Palma Rodrigues: Quando o Manuel me chamou a atenção para o que tinha acabado de encontrar, desvalorizei. Nem sequer estava a perceber bem o porquê de tanto alarido. Mas afinal, não é todos os dias que nos cruzamos com uma coincidência assim: no mesmo dia em que começou o incêndio de Monchique – 3 de Agosto de 2018 – exactamente à mesma hora – uma e meia da tarde – decorria uma reunião convocada de urgência pela Protecção Civil, onde estiveram representantes do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro e da EDP Distribuição. O encontro tinha como ponto único “os incêndios provocados por linhas eléctricas”.

Manuel Bivar: Achei interessante que estive numa reunião, no Comando de Faro...

Rui Lopes: Na altura, Comando Distrital, a meu pedido.

Manuel Bivar: E se me podia explicar um pouco o contexto dessa reunião que começou às 11 da manhã?

Rui Lopes: Nós tínhamos tido uma série – salvo erro três, já – ocorrências, inclusive uma no dia anterior, motivada por problemas, inícios de incêndios motivados por toques das árvores nos cabos da distribuição de baixa tensão.

Sofia da Palma Rodrigues: Rui Lopes, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Monchique – que já ouvimos no segundo episódio desta série –, era uma das pessoas que tinha estado nessa reunião.

Rui Lopes: Manifestei a minha preocupação com o Sr. Comandante Regional sobre a situação e chegámos à conclusão que deveríamos fazer uma reunião com os responsáveis da empresa para tentarmos, de alguma forma, encontrar uma solução para isto. Quando se dá o início do incêndio, eu estava a sair da reunião e ia almoçar. Atravessámos a rua, ia almoçar, e quando me sentei à mesa, o Águas ligou-me a dizer que nós tínhamos um incêndio. E eu levantei-me e vim. Até o Comandante Regional ficou admirado: “Então, onde é que vais?”; “Não, eu vou, que parece que aquilo está complicado.” A questão que se coloca é que não há uma legislação que diga, claramente, quem é responsável pela manutenção: se é o proprietário, se é a empresa que instala lá, que coloca lá os cabos. A solução podia passar por, definitivamente, estas situações... Os cabos serem passados por baixo do chão, serem enterrados. Eu acho que o investimento era só feito uma vez, porque agora, assim como estão, ciclicamente, sempre que há um incêndio a probabilidade de arderem é maior.

António Águas: E aí teríamos, se calhar, um prejuízo muito menor. Tinha investimento antes, a linha eléctrica não ardia e não haviam incêndios.

Sofia da Palma Rodrigues: Quem tinha interrompido o almoço de Rui Lopes no dia do incêndio foi António Águas, o primeiro bombeiro a chegar ao sítio onde começou o fogo.

Sofia da Palma Rodrigues: O António foi uma das primeiras pessoas a chegar ao local. Nós estivemos a consultar o processo. O que é que viu quando chegou a esse local? Ao local de ignição desse fogo?

António Águas: Foi como eu estava a falar há pouco: uma área distante, um dia em que estava uma temperatura muito alta, uma humidade muito diminuta, num sítio onde existia uma carga elevada de combustível, com um declive bastante acentuado. Eu fui o primeiro elemento dos bombeiros a lá chegar e o incêndio já tinha ido embora. Ido embora quer dizer que o incêndio já estava ali com algumas dimensões. Entretanto, o que é que eu fiz? Alertei o Comando Distrital na altura, que era um incêndio que tinha ali condições para se desenvolver para um grande incêndio. E entretanto todos

os meios foram chegando e fomos tentando fazer o possível para que ele não se tornasse num grande incêndio, o que infelizmente se veio a revelar. Um grande incêndio que entretanto juntou aqui mais de mil bombeiros.

Sofia da Palma Rodrigues: Uma das coisas que nós vemos no processo é uma fotografia de um ramo de eucalipto a tocar na linha de média tensão. O António lembra-se de ter visto isso também na altura?

António Águas: Eu, na altura, vi que na zona onde eu entretanto cheguei ao incêndio existia uma linha de média tensão a passar. As entidades competentes entretanto é que analisaram, e entretanto, em tribunal... Sinceramente, eu fui como testemunha lá ao tribunal, fiz as minhas alegações e no final a culpa morreu solteira. [som de telemóvel a tocar] E, mais uma vez, houve muito prejuízo numa região que já é uma região entretanto de baixa densidade populacional, onde os recursos financeiros são muito baixos e muitas pessoas perderam tudo o que tinham, que levaram uma vida a construir. E, mais uma vez, a culpa morreu solteira, mas...

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Em tribunal, António Águas declarou ter visto “copas de eucalipto muito próximas de um cabo de média tensão”, identificou o local como o “provável ponto de início do incêndio”, e entregou ao juiz uma fotografia como prova. Foi também ao bombeiro a quem a Polícia Judiciária pediu para cortar o tronco que tocava no cabo eléctrico.

Manuel Bivar: “Com a colaboração do 2.º Comandante dos Bombeiros Voluntários de Monchique, Sr. António Águas, procedemos ao quarto tronco, ramo, cuja extremidade se encontrava mais próxima do cabo eléctrico. Nas diversas matérias concluímos que o ponto de início foi na área onde se encontra implantado o eucalipto. Os vestígios negros de fumo, fuligem, no cabo condutor de electricidade, situam-se directamente por cima da copa do referido eucalipto. Este cabo condutor trata-se de um cabo de média tensão. Segundo a indicação do Engenheiro Bruno Raposo, em 2015, aquela árvore tinha sido cortada no decurso de trabalhos de renovação da área de gestão de combustíveis levada a cabo pela EDP. Foi possível observar que da cepa, base do tronco cortada, eclodiram vários rebentos, troncos, ramos mais finos, tendo pelo menos um desses atingido dimensões suficientes para tocar no cabo eléctrico.” Isto está sublinhado com pontos de exclamação.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Durante a consulta do processo em tribunal, havia duas coisas que nos tinham chamado a atenção: os muitos sublinhados e pontos de exclamação anotados a lápis pelo juiz Fábio Gulpilhares, à margem do relatório da PJ. E o detalhe da investigação levada a cabo pelo inspector Paulo Ferreira.

Manuel Bivar: O Paulo Ferreira envia na página 823 uma... à Coordenadora Superior de Investigação Criminal, um resumo de tudo o que está em causa, e diz que “apurou-se que o início do incêndio em apreço se deveu a uma causa de natureza accidental provocada pelo contacto com as folhas e ramos do eucalipto com o cabo condutor de electricidade. Aquele facto, que potencialmente preencherá o tipo de crime de incêndio florestal, foi consequência da conduta da EDP Distribuição Energia S.A., entidade que tinha a seu cargo a responsabilidade de proceder à conservação das linhas aéreas que ali passam.

A fim de também manter a distância mínima dos condutores das árvores, distância essa que não foi garantida [...]”

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: O inspector da Polícia Judiciária tinha pedido perícias a várias entidades, e fez uma reconstituição do início do incêndio com um detalhe que impressionava. No final, entregou ao Ministério Público um relatório que acusava a EDP Distribuição do crime de incêndio florestal agravado, na forma negligente.

Manuel Bivar: Fala Manuel Bivar, falámos a semana passada? Olá, como está?

Sofia da Palma Rodrigues: Tentámos, de diversas maneiras, falar com Paulo Ferreira.

Manuel Bivar: Olhe, entretanto, nós contactámos a PJ e pedimos autorização. Então, eles primeiro disseram-nos que não viam razão para contactarmos consigo. Porque já que tínhamos acesso ao processo, que lêssemos o processo. E depois nós dissemos...

Sofia da Palma Rodrigues: Paulo Ferreira disse-nos que ninguém lhe tinha feito chegar o nosso pedido e que não poderia falar sem autorização superior. E como estávamos a ficar sem tempo, insistimos com a Polícia Judiciária.

Sofia da Palma Rodrigues: [som de toque de chamada] Olá, bom dia! Estava a ligar-lhe só para saber se já havia alguma novidade relativamente ao pedido de entrevista.

Sofia da Palma Rodrigues: A assessora de comunicação da PJ disse-nos que toda a informação disponível podia ser consultada no processo e que a entrevista que pedíamos não fazia sentido. Nunca conseguimos falar com Paulo Ferreira. Mas, de tanto insistir, conseguimos uma entrevista com o Diretor Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Carlos Farinha, que já ouvimos no episódio anterior. Queríamos perceber o que se tinha passado no julgamento do incêndio de Monchique, para o relatório da PJ, que apontava a EDP Distribuição como culpada, ter sido completamente desvalorizado.

[banda sonora]

Carlos Farinha: Pois, porque houve uma decisão jurisdicional de um juiz de instrução que só não nos chamou bons rapazes. De resto, disse que todo o trabalho estava mal feito.

Sofia da Palma Rodrigues: Mas por que é que isto acontece? Era isso que queríamos tentar perceber...

Carlos Farinha: [risos]

Assessora: É a pergunta para um milhão de dólares...

Sofia da Palma Rodrigues: Nos dois casos temos a EDP envolvida...

Carlos Farinha: Temos muito envolvida. A EDP e os...

Sofia da Palma Rodrigues: E a EDP absolvida. Temos uma instituição como a PJ a fazer as afirmações que fez, e temos uma culpa que morre solteira. E isso é uma das coisas que nos tem inquietado, que é conversar com pessoas e perceber como é que ficam com a vida destruída, e a EDP em específico acaba sempre...

Carlos Farinha: A única coisa que lhe posso dizer é que eu aprecio a sua intensidade relativamente a esta matéria. E a sua sensibilidade. Ah... Mas como alguém dizia, às vezes é a vida. Nós Polícia Judiciária temos várias situações evidenciadas, e que julgamos evidentes, de inícios de fogos por

causa do efeito das linhas eléctricas. Mas as empresas... Antigamente, era a Electricidade de Portugal que tinha tudo. Depois isto fraccionou-se em termos de negócio e organizou-se de forma diferente, com certeza mais evoluída e mais moderna, porque uns ficaram com a rede, outros ficaram com a energia que passa na rede.

Sofia da Palma Rodrigues: E mais difícil de constituir uma acusação também, não é?

Carlos Farinha: [risos] Com certeza que não foi esse o objectivo. O objectivo foi alcançar o mais possível a eficácia do sistema de energia para todos termos muito boa energia e, se possível, ainda mais barata, como de resto se tem visto. Mas pronto. Eu estou a gostar do seu desafio, estou...

Assessora: [risos]

Carlos Farinha: Confesso. Mas... ia fazer uma sugestão: íamos ficar por aqui nesta conversa.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Na serra de Monchique, foram mais de 900 as pessoas afectadas pelo incêndio. Para se defenderem, criaram a ALIM: a Associação dos Lesados do Incêndio de Monchique. Perceberam que numa luta de David contra Golias só conseguiriam fazer alguma coisa unidas.

Manuel Bivar: Mas esse processo de crime avançou? A acusação?

Sofia da Palma Rodrigues: Reuniram numa lista tudo o que perderam com o incêndio.

Paulo Martins: Em Monchique? Avançou.

Sofia da Palma Rodrigues: E contrataram um advogado para as defender.

Paulo Martins: O Ministério Público, depois de toda a investigação da Polícia Judiciária, avançou com uma acusação crime contra a EDP. E notificou todos os lesados para, querendo, deduzirem os seus pedidos de indemnização cível.

Sofia da Palma Rodrigues: O advogado Paulo Martins é algarvio, de uma família que também perdeu tudo numa história muito parecida com esta de Monchique. Corria Julho de 2012 quando a Serra do Caldeirão foi palco do maior incêndio desse ano. Mais de 24 mil hectares consumidos pelas chamas. A causa, segundo a GNR, também teve que ver com a distribuição de electricidade. O advogado não esconde que este é um tema que mexe com ele. E no caso de Monchique, não poupa críticas ao Ministério Público, que acusa de não ter feito um bom trabalho.

Paulo Martins: A acusação do MP [Ministério Público] era fraquinha, ok? Mas nós não podíamos recorrer àquela acusação do MP, porque ou tínhamos aquilo ou não tínhamos nada.

Sofia da Palma Rodrigues: Sendo a EDP uma pessoa colectiva, a argumentação do Ministério Público deveria, segundo Paulo Martins, ter seguido as linhas do relatório da Polícia Judiciária, responsabilizando a empresa como um todo, e não apenas os funcionários que lá trabalham.

Paulo Martins: A EDP faz a coisa mais simples do mundo. “É porque nós, EDP, primeiro, somos uma pessoa colectiva. E o MP, nesta acusação, não indica nada que permita que mesmo que tenha havido responsabilidade de algum técnico nosso, que isto seja responsabilidade nossa, EDP, enquanto pessoa colectiva.”

Sofia da Palma Rodrigues: Analisada a acusação e a defesa, em Fevereiro de 2022, o juiz Fábio Gulpilhares considerou não existirem indícios suficientes, e decidiu não levar a EDP a julgamento. Contactámo-lo por e-mail para que nos ajudasse a compreender esta decisão. Mas a lei impede-o de comentar “processos judiciais concretos”, justificou-se. Perguntámos a Paulo Martins, se tinha apresentado recurso.

Sofia da Palma Rodrigues: E nesse processo, nesse caso em específico, vocês recorreram da decisão?

Paulo Martins: Não.

Sofia da Palma Rodrigues: As custas de tribunal, num processo com esta dimensão, seriam altíssimas. Mas essa não terá sido a principal razão da desistência.

Paulo Martins: Diria que metade dos associados da ALIM têm capacidade para se chegar à frente. Mas também estão fartos.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Uma mistura de cansaço e impotência fez com que nenhum dos lesados tivesse recorrido da decisão do juiz. Uma decisão que acima de tudo gerou ainda mais revolta, como nos conta José Gonçalves, que também era presidente da ALIM.

José Gonçalves: Uma revolta. A dizer que estava tudo... que estavam comprados e que a EDP comprou a justiça, entre aspas. O que as pessoas pensam é: não vale a pena irmos contra o gigante, porque o gigante faz tudo. Porque isto era a própria justiça que tinha que ir em frente, não é? Eles é que têm meios. A Polícia Judiciária está do lado deles. Eles arrasam o relatório da Polícia Judiciária. O juiz arrasa... – não estou a falar mal do juiz, estou a falar mal da Justiça.

Sofia da Palma Rodrigues: Faltava-nos ouvir uma das partes: a EDP Distribuição, que já não existe e desde 2021 se chama E-REDES – depois da venda de 21,35% do capital da empresa, que era pública, à empresa estatal chinesa China Three Gorges, que se tornou na principal accionista da Eléctrica Portuguesa.

[fim da banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Numa tarde de Julho de 2024, fomos falar com Ricardo Messias, o responsável pela Gestão da Vegetação na E-REDES.

Sofia da Palma Rodrigues: Relativamente ao incêndio de Monchique depois de ver o processo, eu fiquei com uma dúvida: a EDP nega a responsabilidade penal sobre os efeitos daquele incêndio, não é? Ou nega que a origem do incêndio tenha, efectivamente, sido causada pela árvore que toca na linha eléctrica?

Ricardo Messias: Portanto, as primeiras equipas que chegaram ao local, quer da GNR, quer da Polícia Judiciária, o que detectaram foi que o incêndio, possivelmente, começou no fundo do vale. E esses especialistas da GNR e da Polícia Judiciária dizem que possivelmente começou ali porque? Porque só

assim é que existe explicação para o incêndio ter sido detectado tão tarde. No fundo do vale.

Sofia da Palma Rodrigues: É mesmo completamente antagónico ao relatório de perícia da PJ feito depois, em que foram ouvidos os institutos, [como o] Raiz... Foram também feitas várias perícias ao que ali sucedeu.

Ricardo Messias: Certo. É completamente antagónico ao segundo relatório da Polícia Judiciária que, a meu ver, é um mau trabalho de perícia de um incêndio florestal.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: O segundo relatório de que fala Ricardo Messias é aquele que lemos há pouco, escrito pelo inspector da Polícia Judiciária Paulo Ferreira. Antes, um outro inspector da PJ, que confessaria em tribunal não ter conseguido chegar perto do local de incêndio, por causa do fumo, que havia por todo o lado, tinha indicado uma coordenada geográfica diferente para o início do fogo.

Manuel Bívar: O primeiro inspector disse que reconheceu em tribunal que não tinha ido ao sítio, que não tinha visto.

Ricardo Messias: Mas não é verdade, ele foi ao sítio.

Manuel Bívar: Mas foi ele que afirmou isso.

Ricardo Messias: Não, não, mas ele foi ao sítio, e levou uma reprimenda do juiz por ter tentado voltar atrás com o que escreveu [...]

Sofia da Palma Rodrigues: Esta confusão entre os dois relatórios fez com que a EDP Distribuição, que se fez representar em tribunal pela firma de advogados Morais Leitão Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, se defendesse dizendo que a acusação apresentada por Paulo Ferreira não fazia sentido: porque o primeiro inspector da PJ tinha identificado outro local como o ponto de início do incêndio. Mas é o segundo relatório, que apresenta uma longa e detalhada investigação, que a PJ considera um trabalho bem feito.

Manuel Bívar: Nós entrevistámos a directora da Escola de Estudos Judiciários. E ela diz que, inclusive, o processo de Monchique é dado na Escola de Estudos Judiciários como exemplo de uma análise bem feita.

Ricardo Messias: [risos]

Manuel Bivar: Podemos, se calhar, mostrar-lhe o que é que o subdirector da PJ diz sobre o caso.

Sofia da Palma Rodrigues: É o último som.

Manuel Bivar: É rápido.

Sofia da Palma Rodrigues: É uma coisa muito rápida.

Carlos Farinha: *A questão das linhas eléctricas é uma questão que nos vai obrigar a um trabalho sério de investigação porque depois há contra-vapores. Por trás das linhas eléctricas também há interesses económicos que preferem que as linhas eléctricas não tenham qualquer responsabilização, porque se tiverem, as respectivas empresas podem vir a ser chamadas a assumir consequências económicas daquilo.*

Ricardo Messias: Não diz nada, ele, não é? [risos] E digo-lhe mais. Quem sabe fazer investigação destes processos, neste momento, está desligado do ensino e é pena. Porque é uma má investigação que foi feita. E posso-vos dizer exactamente como é que é feita esse tipo de inspecção. Existem procedimentos, existem folhas que é preciso preencher. A pessoa, para um comum mortal, parece que... “Ah, isto de saber, como é que vamos saber onde é?” Não, não. É simples.

[banda sonora]

Sofia da Palma Rodrigues: Apurar a causa de um fogo não é tão simples como faz crer o gestor de vegetação da E-REDES. E a prova disso é que, entre 2011 e 2023, existiram 93 802 incêndios com causa desconhecida, quase metade do total de fogos. Voltámos a confrontar Ricardo Messias, desta vez com o relatório feito pela Comissão Técnica Independente.

Manuel Bivar: O relatório sobre o fogo de Monchique, da Comissão Técnica Independente junto da Assembleia da República, tinha como autores Francisco Castro Rego, Joaquim Sande Silva, Paulo Fernandes, Domingos Xavier Viegas. Ou seja, todos os principais especialistas em fogo em Portugal.

Ricardo Messias: Mas não de investigação?

Manuel Bivar: De causas.

Ricardo Messias: Não está aí nenhum especialista da Polícia Judiciária.

Manuel Bivar: No relatório? Este relatório saiu antes de haver resultados da investigação da Polícia Judiciária. Eles dizem que “em conclusão, muito embora não exista confirmação quanto à causa da origem deste incêndio em particular, as estatísticas sobre causas investigadas levam a encarar com grande preocupação as ignições causadas pela rede eléctrica, em particular das linhas que atravessam áreas com eucalipto, que deverão ser alvo de extrema atenção, devido ao rápido desenvolvimento em altura das árvores desta espécie, propiciando descargas por toque ou mesmo potenciando a danificação das linhas de transporte de energia”. E depois, diziam que essas ignições com origem na rede eléctrica, no distrito de Faro, nesse ano, tinham sido 9% das ocorrências de incêndio. Isto são investigações feitas pela GNR, pelos tais especialistas em causas de incêndio. Este número, 9% num ano de ignições no distrito de Faro com origem em linhas eléctricas é um número considerável.

Ricardo Messias: Isso não faz qualquer sentido, não é?

Manuel Bivar: Este número?

Ricardo Messias: Não faz qualquer sentido esse número.

Manuel Bivar: Isto está no sistema de causas de incêndio, naquela base de dados de causas de incêndio.

Ricardo Messias: Sim...

Manuel Bivar: O incêndio da Lousã, um daqueles focos de incêndio de Outubro de 2017, começou na Lousã, no Perilhão...

Ricardo Messias: Certo.

Manuel Bivar: Também, segundo o relatório da Comissão Técnica Independente, é uma linha eléctrica. O que é que se passa aqui? De repente, há uma Comissão Técnica Independente da Assembleia da República, onde estão os principais especialistas de fogo em Portugal, que concluem: Pedrógão, acham que, provavelmente, terá sido uma linha eléctrica; Lousã, Perilhão, acham que, provavelmente, terá sido uma linha eléctrica.

Sofia da Palma Rodrigues: Ricardo Messias contorna a conversa e prefere falar-nos de um outro relatório. Um documento que, segundo o próprio, analisa os incêndios causados por linhas eléctricas a partir de outra perspectiva.

Ricardo Messias: Portanto, o que eles fazem é, simplesmente, ir para o território e ouvir todas as entidades. E põem no relatório o que é que recolhem. Mais uma vez digo, existem ignições com causa de rede eléctrica e

existem muitas que não são causas de rede eléctrica. E vocês, ao lerem este relatório que vamos enviar, vão-se aperceber...

Manuel Bivar: Quem é que foi o responsável por esse relatório?

Ricardo Messias: Não, não estou a dizer...

Manuel Bivar: Não, mas por esse relatório. Só para... Esse relatório que tem.

Ricardo Messias: Ah, esse foi o ForestWise.

Manuel Bivar: A ForestWise é o quê?

Ricardo Messias: A ForestWise é o laboratório colaborativo para a questão das florestas.

Manuel Bivar: Ah, que é da Portucel, da Navigator.

Ricardo Messias: Não, não, não é independente. Não, não. Nós fomos uma das ent...

Manuel Bivar: Um dos parceiros.

Ricardo Messias: Um dos parceiros...

Manuel Bivar: E eles também são um dos parceiros, não é? A Navigator...

Ricardo Messias: Sim, sim, sim. Tem, tem, tem, tem... Somos nós, a REN e tem as papeleiras, todas as...

Manuel Bivar: E tem a ideia de quanto custou esse estudo? Pago pelo fundo ambiental... Por vocês, pelo Fundo Ambiental?

Ricardo Messias: Sim. E pela REN.

Manuel Bivar: E pela REN.

Ricardo Messias: Sim... Esse estudo, eu acho que andou à volta... de 60 mil euros, não sei, mas eu posso...

Sofia da Palma Rodrigues: E há um momento em que o responsável da E-REDES nos conta como tem o melhor trabalho do mundo.

Ricardo Messias: Na verdade, eu digo sempre que este é um dos melhores empregos do mundo, porque de manhã nós não temos que vender nada. De manhã nós sabemos que vimos prestar um serviço público, e portanto é algo que é muito mais fácil levantar da cama, não é? A pessoa saber o que é que vai fazer.

Manuel Bivar: E é igualmente fácil uma pessoa ir para a cama pensando – a questão de dormir –, pensando nas eventuais...

Ricardo Messias: Ai, eu tive, eu tive...

Manuel Bivar: Problemas com estes incêndios.

País de Incendiários

Um podcast de investigação
da revista Divergente

Ricardo Messias: Se me pergunta se eu vou tranquilo para a cama? Vou tranquilíssimo para a cama.

Manuel Bivar: Ok...

Ricardo Messias: Porque durante o dia, o que é importante é a pessoa durante o dia dar o seu melhor, e portanto se damos o nosso melhor, é...

Manuel Bivar: Ok...

Ricardo Messias: Vou tranquilíssimo para a cama.

[banda sonora]

[jingle]

Sofia da Palma Rodrigues: “País de Incendiários” é um podcast de investigação produzido pela revista DIVERGENTE. Se quiser saber mais detalhes sobre este trabalho pode consultar o site em divergente.pt/paisdeincendiarios.

A pesquisa, as entrevistas e o guião são de Manuel Bivar e Sofia da Palma Rodrigues, a edição de Diogo Cardoso, Luciana Maruta e Pedro Miguel Santos, a montagem de Inês Sambas, a banda sonora de Henrique Silva e Zé Cruz, a edição e mistura de som de Luís Pinto, as ilustrações de Nogueira Lopes, o design de José Mendes, os gráficos interactivos de Beatriz Malveiro e Rita Costa, a animação gráfica de Pedro Lopes, o desenvolvimento web de Manuel Almeida, a revisão de texto de Teresa Montenegro, a consultoria de imagem de Ricardo Venâncio Lopes, a produção de Ana Pereira e a comunicação de Beatriz Walviesse Dias. A gravação de voz foi feita no estúdio do Fumaça, um podcast de jornalismo de investigação.

Até breve.

[fim do jingle]